



# METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO 6º PLANO DE AÇÃO NACIONAL

## INTRODUÇÃO

Os processos de construção dos planos de ação brasileiros vêm sendo incrementados, ao longo do tempo, com vistas a atender não somente às demandas da sociedade civil e dos órgãos governamentais parceiros, mas também às recomendações da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP) e do Mecanismo de Avaliação Independente – IRM. Nesse sentido, em 2016, o Brasil modificou a metodologia para elaboração e implementação do 3º Plano de Ação Nacional. Os resultados positivos da nova metodologia resultaram na sua replicação para formulação do 4º e 5º Planos brasileiros, com pequenas adaptações.

A metodologia utilizada nos últimos 3 Planos de Ação aperfeiçoou os mecanismos de participação da sociedade no processo de elaboração e implementação dos compromissos brasileiros, o que resultou em um modelo replicado e elogiado internacionalmente.

Para a elaboração do 6º Plano de Ação Nacional, será utilizado um modelo similar aos últimos planos, com as adaptações e aperfeiçoamentos decorrentes das experiências anteriores. Veja a seguir o detalhamento do processo proposto.

## METODOLOGIA

A metodologia do 6º Plano de Ação Nacional prevê a realização de três fases de trabalho: i) Definição de Temas; ii) Oficinas de Cocriação; e iii) Aprovação do Plano.

### **i) Definição dos Temas**

Nessa fase é feita a seleção dos temas a serem desenvolvidos por meio de políticas de governo aberto. Serão selecionados quatro temas propostos pela sociedade civil e quatro temas propostos pelo governo. Assim, os temas são divididos em duas categorias:

- a) Temas indicados pela sociedade civil - Os quatro temas a serem indicados pela sociedade serão selecionados por meio de consulta pública dividida em três etapas. No primeiro momento, será aberto espaço para que a sociedade indique qualquer tema que considere importante de ser tratado por meio de políticas de governo aberto. As sugestões serão compiladas em linhas temáticas por área e subárea de atuação. No segundo momento, os temas compilados serão avaliados para identificar a relação com os pilares de governo aberto e a viabilidade da execução no prazo do Plano de Ação. Por fim, será aberta votação para priorização dos temas, dentre aqueles compilados e validados. Serão selecionados os quatro temas mais votados, limitando-se a um tema por área de atuação (tais como saúde, educação, meio ambiente etc.). Essa limitação visa atender ao anseio da população e, ainda assim, garantir a diversidade de áreas a serem trabalhadas no Plano de Ação.

- b) Temas indicados pelo Governo – Os quatro temas indicados para compor o 6º Plano serão definidos entre aqueles considerados estratégicos para o Governo Federal, podendo englobar temas indicados pelos poderes Legislativo e Judiciário, focados em melhorar o funcionamento das políticas de governo aberto.

## **ii) Oficinas de Cocriação**

Nessa fase, Governo e Sociedade Civil escolhem, para cada tema selecionado na etapa anterior, o desafio que desejam enfrentar, e definem o compromisso para sua superação, com indicação de atividades, responsáveis e prazos para sua concretização. Para tanto, são realizadas duas oficinas de cocriação para cada tema, com a participação de especialistas do governo e da sociedade civil.

- Primeira oficina – Desafio: os especialistas escolhem o desafio a ser enfrentado por meio de políticas de governo aberto. Vale lembrar que tal escolha deve levar em consideração: a capacidade do desafio ser superado com ações e orçamento dos atores participantes da oficina; o interesse mútuo entre os atores; a disponibilidade para elaboração e implementação de solução conjunta; e o impacto potencial.
- Segunda oficina – Compromisso: os especialistas definem o compromisso para enfrentar o desafio priorizado, com definição de estratégias, responsáveis, atividades e prazos para sua concretização. Tal definição deve levar em consideração: a competência legal, operacional e orçamentária dos atores participantes da oficina; e o impacto potencial.

## **iii) Aprovação do Plano**

Para validar o trabalho colaborativo das oficinas, todos os compromissos firmados serão submetidos à consulta pública, e posteriormente, à avaliação do Grupo de Trabalho Temporário para contribuir com o 6º Plano de Ação Nacional e ao Comitê Interministerial de Governo Aberto. A versão final do Plano de Ação é encaminhada, ainda, a todos os órgãos de governo que participaram da construção do plano para conhecimento e manifestação.

Ressalta-se que, durante os primeiros anos de execução do plano, o país pode decidir atualizar, modificar ou incluir novos compromissos que respondam às realidades e necessidades atuais ou apoiar a implementação de outros compromissos, observadas as diretrizes para a revisão do Plano de Ação Nacional definidas pela OGP.